

**Karla de Oliveira Santos**



Universidade Estadual de Alagoas  
[karlasmcampos@hotmail.com](mailto:karlasmcampos@hotmail.com)

**Laura Cristina Vieira Pizzi**



Universidade Federal de Alagoas  
[lcvpizzi@hotmail.com](mailto:lcvpizzi@hotmail.com)

**Submetido em:** 29/03/2023

**Aceito em:** 21/05/2023

**Publicado em:** 24/05/2023

 [10.28998/2175-6600.2023v15n37pe15255](https://doi.org/10.28998/2175-6600.2023v15n37pe15255)



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

# GOVERNAMENTALIDADE, PROVA BRASIL E GOVERNO DAS INFÂNCIAS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS/AL

## RESUMO

Este trabalho apresenta dados de uma pesquisa qualitativa desenvolvida em uma escola pública da zona urbana do município de São Miguel dos Campos, estado de Alagoas. O objetivo deste trabalho foi observar a participação das crianças na Prova Brasil e o governo das infâncias exercido pela escola para o alcance de metas. Os resultados apontam uma sujeição e auto responsabilização das crianças pelos resultados da Prova Brasil através de discursos tidos como verdades, formando subjetividades para atender a uma racionalidade política do estado governamentalizado, alinhadas aos fins do ranqueamento do IDEB.

**Palavras-chave:** Governamentalidade. Escola Pública. Crianças. Prova Brasil.

## GOVERNAMENTALITY, PROVA BRASIL AND GOVERNMENT OF CHILDREN IN A PUBLIC SCHOOL IN SÃO MIGUEL DOS CAMPOS/AL

## ABSTRACT

This work presents data form qualitative research carried out in a public school in the urban area of the city of São Miguel dos Campos/AL. The goal of this work was to observe the participation of children in the Prova Brasil and the government of childhood exercised by the school to reach the goal. The results point out a subjection and self-responsibility of children for the results of the Prova Brasil through speeches taken as truths, forming subjectivities to meet a political rationality of the governmentalized state, aligned with the purposes of the IDEB ranking.

**Keywords:** Governmentality. Public School. Child. Prova Brasil.

## GOBERNANZA, PRUEBA BRASIL Y GOBIERNO DE LAS INFANCIAS EN UNA ESCUELA PÚBLICA DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS/AL

## RESUMEN

Este trabajo presenta datos de una investigación cualitativa realizada en una escuela pública del área urbana del municipio de São Miguel dos Campos, estado de Alagoas. El objetivo de este trabajo fue observar la participación de los niños en la Prueba Brasil y el gobierno de las infancias ejercido por la escuela para alcanzar la meta. Los resultados apuntan una sujeción y auto responsabilización de las infancias por los resultados de la Prueba Brasil a través de discursos tomados como verdades, formando subjetividades para atender una racionalidad política del estado gubernamentalizado, alineada con los propósitos del ranking IDEB.

**Palabras Clave:** Gobernanza. Escuela Pública. Crianzas. Prueba Brasil.

# 1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas educacionais das últimas décadas, têm reconhecido as crianças, no ordenamento jurídico, enquanto sujeitos de direitos. Esse avanço no reconhecimento desses direitos, tem sido confrontado por uma série de tecnologias de controle postos em ação na medida em que se tornam sujeitos estratégicos na implementação de políticas balizadoras da qualidade educacional das instituições escolares, tais como a Prova Brasil.

A Prova Brasil, hoje chamada de Prova SAEB, é de caráter universal, homogênea e padronizada para todas as escolas brasileiras, tendo como objetivo, auxiliar os governantes nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros, assim como, a comunidade escolar, no estabelecimento de metas e na implantação de ações pedagógicas e administrativas, visando melhorar a qualidade do ensino. Possui uma relação intrínseca com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), pois seu resultado é um dos elementos do cálculo desse indicador educacional.

Segundo Bonamino e Sousa (2014), a Prova SAEB provoca uma pressão sobre a escola e a comunidade escolar por melhoria da qualidade da educação, a partir da imposição de indicadores educacionais e da divulgação de resultados, responsabilizando unicamente estes atores, pelas performances apresentadas nas avaliações, reduzindo o currículo ao “como ensinar para o teste”.

Para se obter resultados satisfatórios, a escola assume um governo das infâncias, a partir de táticas que regulam as crianças para atender os escores estabelecidos pelo IDEB, atribuindo às avaliações externas uma centralidade, exercendo uma forte influência na formulação e implementação das políticas educacionais, sendo um instrumento de regulação dos sistemas de ensino. Para esse fim, é fundamental a produção de tecnologias e discursos, visando engajar suas almas e corpos, para atingir as metas estabelecidas, tidas como verdades, ao vincular a qualidade da educação a métricas. Essas ações seguem estratégias de governamentalidade.

O objetivo deste trabalho é apresentar uma pesquisa qualitativa realizada através do recurso de entrevistas semiestruturadas com crianças dos 5º anos do Ensino Fundamental, problematizando sua participação na Prova Brasil em uma escola pública municipal de São Miguel dos Campos/AL, com o maior IDEB municipal e o governo

exercido pela escola para o alcance da meta estabelecida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

## 2 ASPECTOS CONCEITUAIS DA GOVERNAMENTALIDADE E A ESCOLA CONTEMPORÂNEA

A governamentalidade tem sido um conceito importante para a compreensão das táticas e instrumentos que são mobilizadas pelo Estado, para o controle da população, permitindo que indivíduos se tornarem governáveis, considerando determinados fins.

A noção de governamentalidade é apresentada por Michel Foucault, no seu curso no *Collège de France* nos anos de 1977-1978, transformado em 1978 na obra intitulada *Segurança, Território, População*, a partir dos seguintes aspectos:

1) o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e os instrumentos técnicos essenciais, os dispositivos de segurança. 2) a tendência que em todo Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes. 3) o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou os séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado. (FOUCAULT, 2008, p.143).

A governamentalidade é a arte de governar. Ou seja, são tipos de racionalidades que envolvem procedimentos, mecanismos, saberes, discursos e técnicas destinados a dirigir a conduta dos homens, realizando assim, a gestão da população, sendo necessário conhecê-la de maneira sutil, analisar os detalhes, os gestos, os gostos, por isso que o poder disciplinar necessita ser atualizado nesta arte de governar. (TEMPLE, 2013).

Este conceito pode ser definido ainda como um conjunto de práticas, dispositivos e estratégias que os indivíduos livres utilizam para controlar ou governar a si mesmos e outras pessoas. Diz respeito a criticar, problematizar, inventar, imaginar e mudar a forma de pensar. Repousa também sobre aparatos específicos de governo, de instrumentos e de dispositivos de segurança, verdadeiros mecanismos de regulação, mais importantes do que as leis do aparato jurídico e as disciplinas produzidas pelas instituições, entre elas; a escola. Para Gallo (2015), a governamentalidade seria:

[...] um conjunto de ações, articuladas numa maquinaria de poder, que consiste em exercer um controle sobre os indivíduos, através do trabalho sobre as populações nas quais esses indivíduos estão inseridos, de modo que eles se

acreditem cidadãos livres, participativos e peças centrais no jogo democrático. (GALLO, 2015, p. 337).

Opera, portanto, a partir de técnicas e métodos que garantem a condução dos homens e as orientações para a ação de governo do Estado sobre a população, almejando a manutenção do próprio Estado, mobilizando novos conhecimentos sobre a população. A população nesse sentido, acaba por se tornar o fim e instrumento do governo, para que se possa governar minuciosamente de forma racional, calculada, detalhada e refletida, mobilizando prioritariamente, segundo Foucault (2013), os dispositivos de segurança.

É uma conduta que objetiva agir sobre outras condutas; que almeja incitar, induzir, desviar, facilitar ou dificultar o comportamento dos sujeitos. Governar também implica na relação que se pode estabelecer consigo mesmo, na ação do sujeito sobre si próprio.

Bujes (2002), aponta que a governamentalidade neoliberal põe em ação novas técnicas de governo, mais sutis, que atuam tanto direta quanto indiretamente e que pretendem que cada um se torne, o mais amplamente possível, responsável por si mesmo, desenvolva suas competências e seja capaz de fazer escolhas.

A escola, como instituição moderna, é convocada a exercer o papel da disciplinarização e do governo dos corpos, lugar privilegiado de medidas educacionais, higiênicas e morais destinadas a garantir a saúde física e moral de jovens e crianças. Ao longo do processo de universalização da instituição escolar, configuram-se diversos processos de intervenção disciplinar e governamental no corpo e na alma das crianças, produzindo-se novas formas de governo dessa população. (CÉSAR; DUARTE, 2009). De acordo com Veiga-Neto (2015, p.55): “Governar a infância significa educar as crianças, moldando-lhes a alma que é, ao mesmo tempo, efeito e instrumento de uma anomatopolítica dos e sobre os corpos infantis.”

A arte de governar materializa-se em uma racionalidade política neoliberal, que tem como base a individualização e a normalização das condutas da população, impondo aos trabalhadores, a perda de direitos e seu empobrecimento, ao mesmo tempo em que vai aprimorando suas tecnologias de controle. Essas reformas vêm predominando na educação desde a década de 1990. No contexto escolar, essa política atua cooptando as crianças e responsabilizando-as pelo alcance de metas educacionais, balizadoras da possível qualidade da educação, conduzindo a sua participação para posições estratégicas nos ranqueamentos estabelecidos pelos sistemas de educação, para que se tornem sujeitos úteis, produtivos, participativos, dóceis e disciplinados.

Na contemporaneidade, o disciplinamento é uma tecnologia apropriada para as crianças, ou seja, é preciso vigiar e disciplinar, ao mesmo tempo em que se torne dócil, produtiva e consumidora. No qual, “consumir é também, uma forma de poder, um modo ou um estilo de autossubjetivação ou de governo de si”. (DORNELLES, 2011, p. 96).

A obrigatoriedade do ingresso das crianças na escola, a partir da imposição do arcabouço legal, promove uma gestão eficiente da população infantil, emergindo uma infância calculável, de acordo com tecnologias de poder que garantirão o ajustamento das crianças para atendimento aos ditames impostos pelas políticas educacionais neoliberais, seguindo o controle dos tempos e dos espaços das crianças, durante sua permanência na escola.

Como afirma Lemos (2015), desde cedo as crianças já devem aprender na escola a serem produtivas, dóceis, obedientes, submissas, investidoras e microempresárias em tudo o que fazem e pensam, sentem e vivem. E ainda, contribuindo com a discussão, Cervi (2013) aponta que a escola é vista cada vez mais como um processo natural, surgindo como um dispositivo eficaz para moralizar, normalizar e incluir. Cuidando para produzir e conservar a infantilização, a educação para a obediência e para manter a mente ocupada e a permanência no fluxo escolar.

A escola governa racional e refletidamente, produzindo táticas que garantam a produção de discursos tidos como verdadeiros e legítimos que tem objetificado as crianças para ingresso em uma maquinaria normalizadora, para o desenvolvimento de habilidades e competências que serão cobradas nas avaliações estandardizadas, a exemplo da Prova Brasil, mobilizando inclusive a comunidade escolar a favor desta política educacional.

Segundo Resende (2015), o exame é um dispositivo escolar moderno, que acaba por articular o tempo e o espaço da escola, constitui um controle que permite avaliar, qualificar, medir, classificar, vigiar e punir, tendo em vista a conformação da norma, manifestando a sujeição daqueles que são tomados como objetos e a objetificação dos que se sujeitam, estabelecendo relações de poder e saber. Essas estratégias são oportunamente mobilizadas em favor das políticas nacionais de avaliações em larga escala. O que tem exigido a assimilação de um rol de competências e habilidades a serem adquiridas pelas crianças para atendimento às avaliações oficiais.

Conforme aponta Danelon (2015, p.236):

O exame se constitui num poderoso instrumento que a escola e o professor dispõem para efetivar o exercício de governo e o disciplinamento. O exame, nessa perspectiva, não é um procedimento neutro que tem por objetivo quantificar o conhecimento do aluno. Mais do que isso, o exame aplicado nas escolas produz um saber sobre as crianças que as define como pessoa. Esse saber permite à escola classificar e ordenar as crianças, definindo seu lugar e seu espaço. Em última instância, o exame é um procedimento de subjetivação, de construção de pessoas.

Contudo, a governamentalidade é crucial para entender as políticas públicas atuais para as crianças e suas articulações envolta de um governo que tem instrumentalizado a infância, produzindo saberes e discursos que objetificam os infantis para que se tornem úteis economicamente. A escola contemporânea é um *lócus* privilegiado para este feito, capturando, treinando e disciplinando as crianças, através das avaliações em larga escala, apresentando implicações para a sua formação e o exercício da sua cidadania enquanto sujeitos ativos, participativos e de direitos.

### 3 A PESQUISA E AS CRIANÇAS

Este trabalho se trata de uma pesquisa<sup>1</sup> de abordagem qualitativa, a partir do estudo de caso, em uma escola pública municipal da zona urbana do município de São Miguel dos Campos/AL e foi desenvolvida em duas turmas do 5º ano do ensino fundamental. A escolha se deu por esta instituição apresentar o maior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) municipal no ano de 2017<sup>2</sup>.

Ao realizar uma pesquisa envolvendo crianças, nos orientamos pelo seu reconhecimento como atores afirmativos e de direitos, possibilitando uma participação ativa e uma voz mais direta na produção dos dados. Segundo Souza (2007), “a criança é sujeito social, investigado, observado e compreendido a partir de perspectivas investigativas e teóricas distintas” (p.7), ressaltando que as temáticas sobre a criança e a infância, estão hoje em destaque, na relação do dia a dia das crianças, nas escolas, com seus pais, nos seus discursos, nas análises discursivas, nas reflexões teóricas de perspectivas da antropologia, da história, da filosofia, da sociologia, da arquitetura, da psicologia, e emergem dos olhares e lugares que os adultos assumem quando se referem à elas.

---

<sup>1</sup> O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em Reunião Plenária do dia 20 de janeiro de 2015, sob o processo nº 38534814.1.0000.5013.

<sup>2</sup> Pesquisa realizada no sítio eletrônico do INEP: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/resultados>

De acordo com Friedmann (2016), devemos seguir algumas premissas éticas e metodológicas para a pesquisa com crianças, ao propor escutá-las durante a investigação:

Respeito pelos tempos, espaços e ritmos individuais, pelo sagrado dos mundos infantis. Ética na postura e na atitude: não forçar situações, não intervir, não formular questões que indiretamente sugiram respostas desejadas. E, se a criança não quer se mostrar, participar, compartilhar suas produções, se quer privacidade, já está se manifestando e precisa ser respeitada. Sensibilidade e cuidado no encaminhamento do que é percebido e “lido”. Consentimento/autorização por parte das crianças – não somente dos adultos – para qualquer tipo de registro e para o uso das imagens e produções realizadas a partir das vozes infantis. Devolutivas para as crianças daquilo que foi visto e escutado. (FRIEDMANN, 2016, p.20-21).

A partir dessa perspectiva, realizamos a análise dos dados com auxílio dos fundamentos teóricos de Michel Foucault para a análise dos discursos das crianças acerca de sua participação na Prova Brasil. Para Foucault (2007), o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história:

[...] gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os tornam irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 2007, p.56).

Os discursos sobre a infância, estão imersos em relações de poder e saber, produzindo subjetividades. Entretanto, reconhecer a heterogeneidade dos discursos, proporciona novos contornos para a pesquisa em educação, mas principalmente, possibilita às crianças, visibilidade para suas vozes e ações.

Ao ouvir a voz das crianças, que também estão em uma situação de menor valor em nossa sociedade, as pesquisas contribuem para a construção de conhecimentos com maior participação de grupos subjugados. [...]. Seus saberes, assim como os de outros grupos minoritários, são por vezes ignorados ou considerados ilegítimos. (MACEDO e SANTOS, 2018, p.117).

A pesquisa buscou caminhos investigativos que permitisse a apreensão das homogeneizações e totalizações discursivas e que favorecesse o questionamento de seus efeitos de verdade e poder, assim como os modos de subjetivação em ação.

Paraíso (2004) pontua que é relevante destacar “posturas investigativas e ferramentas analíticas de inspiração pós-crítica para olhar de modo diferente a educação e para fazer aparecer o que não está ainda significado nesse território”. (p.288).

As falas das crianças, através de suas múltiplas linguagens, podem subsidiar ações em seu favor e contribuir para mudanças que as tornem protagonistas legítimas, ou seja, sujeitos de direitos.

É importante ressaltar que a infância tem obtido avanços nos aspectos de ordem legal, no entanto, a escola também pode contribuir para negar o direito de viver a infância em sua plenitude, ao manipular, disciplinar e treinar corpos e mentes para aquisição de habilidades e competências, para que se tornem meros sujeitos úteis, produtivos e empregáveis no futuro, um “dever a ser” na vida adulta produtiva e subalterna. De acordo com Gallo (2018), é nesse contexto que se pode compreender a figura do “pequeno cidadão”, um ser de direitos e alvo das ações de governo desde a tenra idade.

Abramowicz (2011) afirma que:

A criança é ao mesmo tempo universal, individual e singular. Mas a criança é devir, um futuro que ainda não está e não é, uma criança que nasce traz em si esse futuro, ela é o tempo intempestivo, o tempo de ruptura, a fratura, a descontinuidade daquilo que não sabemos, não somos, não está, estamos em via de nos diferir, e que será inventado. (p.20-21).

A infância acaba sendo um ensaio para uma vida adulta, sempre adiada, num futuro distante. Há um silenciamento das crianças como sujeitos de direitos, entendendo-as como sujeitos passivos de estruturas, políticas e processos sociais, comprometendo sua condição de cidadão ativo na sociedade e de sujeitos políticos e potentes.

A partir das considerações expostas, destacamos que foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as crianças dos 5º anos A e B de uma escola pública municipal de São Miguel dos Campos/AL, observando sua participação na Prova Brasil e o governo exercido pela escola para o alcance da meta estabelecida pelo INEP. As crianças que participaram da pesquisa possuíam idades entre 10 e 11 anos e tiveram autonomia de fazer a escolha de seu nome fictício, seguindo o que preconiza os princípios da ética em pesquisa.

As entrevistas com as crianças foram realizadas após a aplicação da Prova Brasil, em novembro de 2017, durante o período letivo. As crianças saíam da sala para serem entrevistadas pela pesquisadora na Sala de Leitura ou na Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) da escola, espaços que estavam ociosos durante o horário de aulas regulares e convenientes para a realização das entrevistas, evitando um maior barulho externo ou interferências de terceiros.



Durante as entrevistas, as crianças demonstraram ter um forte vínculo afetivo com a escola, e, em especial, com as suas professoras, além do fato da escolha em estudar nesta instituição de ensino, ser vinculado à imagem positiva que a mesma possui na comunidade escolar, principalmente pelo fato de ter o maior IDEB municipal.

#### **4 AS ESTRATÉGIAS ESCOLARES DE GOVERNO E A PROVA BRASIL**

Uma característica importante dessa escola era o fato de adotar medidas de preparação dos estudantes especificamente para a realização da Prova Brasil, através de simulados elaborados pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e pela própria escola, através de maratonas, bingos, aulões, concurso de cartazes, show de talentos, concurso de leitura com os descritores da Prova Brasil de Língua Portuguesa, Passa ou Repassa, Torta na Cara, também com questões relacionadas aos descritores de Língua Portuguesa e gincana da Prova Brasil, que aconteciam geralmente aos sábados, e produção de material complementar para estudo, como os cadernos de atividades de Língua Portuguesa e Matemática.

A instituição desenvolvia um projeto especial de atendimento aos educandos com dificuldades de aprendizagem, chamado Laboratório de Aprendizagem, uma espécie de reforço escolar. No entanto, em ano de aplicação da Prova Brasil, este trabalho estava voltado exclusivamente para as turmas dos 5º anos, focado nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. A partir de um diagnóstico, os alunos que apresentarem maiores dificuldades em leitura e interpretação textual e conhecimentos matemáticos, são selecionados para ir à escola no contraturno, no intuito de minimizar as dificuldades apresentadas.

A instituição não possuía colegiados de participação infantil, como Grêmio Estudantil e Representação de turma, até os quintos anos, ficando reservados apenas para os estudantes dos 6º aos 9º anos. No entanto, demonstraram ser atuantes no desenvolvimento dos projetos pedagógicos desenvolvidos e nas atividades propostas pela escola.

Os pais ou responsáveis pelas crianças das turmas pesquisadas, foram convocados para reuniões na escola, no intuito de incentivarem e acompanharem o desenvolvimento dos seus filhos em atividades extraescolares, inclusive com a criação de um grupo de *WhatsApp*. Semanalmente, as gestoras da escola iam até às salas de aulas

dos 5º anos, para reforçar a importância da Prova Brasil. As professoras dos 5º anos elaboraram um cronograma com horários específicos para que as crianças organizassem seu tempo em casa para os estudos e preparação para a Prova Brasil. O cronograma, intitulado de Foco no IDEB, estava focado nos turnos vespertino e noturno, pelo fato das crianças estudarem no turno matutino.

**Quadro 1: Apresentação das orientações “Foco no IDEB” da Escola pesquisada**

<b>HORÁRIO</b>	<b>AÇÃO</b>
<b>12h</b>	Almoço
<b>12h30 às 14h</b>	Descanso
<b>14h às 16h</b>	Foco no IDEB Obs.: Estudar todas as atividades, resolver as questões com maior dificuldade, repetir questões e estudar os conteúdos que irá cair na Prova Brasil.
<b>16h às 17h30</b>	Televisão, celular e lanche
<b>18h às 19h</b>	Jantar e descanso
<b>19h às 20h30</b>	Dicas IDEB para facilitar entendimento das questões.
<b>20h30</b>	Hora do descanso.

Fonte: Documentos da Escola (2017)

O documento elaborado pela escola também estabelecia os dias de estudos semanais para cada disciplina: segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira eram dedicadas ao estudo da disciplina de Matemática. Terça-feira, quarta-feira e quinta-feira eram dedicadas ao estudo da disciplina de Língua Portuguesa. Essas disciplinas são as contempladas na Prova Brasil.

A escola também elaborou um documento com dicas para as crianças responderem à prova, tanto de aspectos cognitivos, como também, emocionais. Desta forma, os discentes foram instruídos de como se comportar no momento de aplicação da avaliação para se obter êxito nos seus desempenhos.

Destacamos também que antes da aplicação da Prova Brasil, o Gestor Municipal fez um vídeo para as crianças. E sua fala dava destaque para o empenho que as crianças (dos 5º anos) e os jovens (dos 9º anos) deveriam exercer para o êxito da escola, mas principalmente para o sucesso do município.

Após a aplicação da Prova Brasil, que foi realizada no final de outubro de 2017, a equipe técnica da SEMED responsável pelo IDEB, esteve reunida no dia 27 de novembro de 2017<sup>3</sup>, com os gestores da escola e os professores, apresentando os dados dos 3 simulados realizados, o aproveitamento e uma possível projeção de metas. Destaco que a nota do IDEB também está relacionada ao fluxo escolar e não apenas ao resultado da avaliação estandardizada e no momento descrito, também foram apresentados esses dados dos últimos anos. O objetivo da reunião não foi apenas de socializar os resultados que a escola obteve durante os procedimentos relatados, mas também de exercer um poder velado, sobre os resultados de aprovação e reprovação de responsabilidade dos docentes, atribuindo aos mesmos as possíveis implicações no cálculo do IDEB, caso a taxa de reprovação da escola fosse abaixo de 90%.

A análise do contexto da escola nos apontou as táticas de governo utilizadas nos 5º anos pesquisados. Foi possível perceber uma tendência à impor uma rotina diária de estudos nas escola, dentro e fora das salas de aula, e outras que extrapolava os muros escolares, buscando controlar e disciplinar os corpos infantis como forma de garantir um bom desempenho na Prova Brasil.

## **5 AS CRIANÇAS E PROVA BRASIL COMO ESTRATÉGIA DE GOVERNO**

Segundo Resende (2015), a escola constitui um aparelho específico de governo, na medida em que funciona segundo normas e normalizações, testes e exames que enquadram as ações da criança, produzindo um sujeito – objeto - aluno, transformando a criança em estudante, cuja conduta deve se pautar pelas regras desse governo pedagógico.

As falas das crianças entrevistadas apontam que elas se sentiam plenamente engajadas no seu bom desempenho. Por outro lado, o controle, a cooptação e o monitoramento exercidos principalmente pelas professoras, provocaram mudanças e tensões na realização da prova e nos processos de subjetivação das crianças. Conforme relatam:

Ela mandou a gente se preparar que vai ter a Prova Brasil, aí ela disse que a gente era capaz e que ia confiar na gente. Senti um pouco de medo, eu tava com

---

<sup>3</sup> Nesta data a pesquisadora participou da reunião citada e realizou anotações sobre os fatos descritos.

medo de errar. Eu nunca fiz uma prova assim, né? Eu só fiz mais simulado, essas coisas, e Prova Brasil eu nunca fiz. (Menina Paola).

Primeiro quando a professora falou, não me lembro o mês, que a gente ia fazer uma prova, aí ela falou, a gente começou a estudar pra ter um bom desempenho na prova. (Menina Azul).

As crianças são conduzidas para atender aos objetivos materiais da exemplo da Prova Brasil, regulando suas práticas e decisões, estabelecendo o quadro das condutas consideradas legítimas para que se efetive o processo educativo.

A professora desde agosto, sempre falava que ia ter essa Prova Brasil, não foi julho. A gente tinha que tá estudando todos os dias, *pra* quando chegar na Prova Brasil o índice de aprendizagem aumentar. Aí ela começou a trazer umas apostilas de matemática e português, aí a gente começava a estudar, a estudar, aí foi quando em novembro ela passou um monte de tarefa, documentário, para fazer a prova brasil. (Menina Natália)

Há estratégias efetivadas pela professora que segue uma regulamentação, cooptando os estudantes para atender aos escores propostos pelo INEP, em uma relação de sujeição, que encobre o caráter autoritário.

A escola ... tinha o índice maior de aprendizagem e que a gente tinha que motivar e aumentar esse índice, ela (a coordenadora pedagógica) disse que era muito importante essa prova, não só pra gente passar pro 6º ano, mas pra escola, que ela ia receber o índice com a escola maior de aprendizagem. (Menina Natália)

Segundo Popkewitz (2004), governar a escola é inscrever racionalidades políticas nas sensibilidades, disposições e consciências dos indivíduos. As estratégias adotadas pela escola através do cronograma “Foco no Ideb” são um exemplo, criando técnicas de vigilância permanente, que gera uma responsabilização dos infantis em atender aos anseios dos indicadores educacionais. As crianças se esforçavam para seguir o cronograma estabelecido por suas professoras, conforme expõe o menino Lucas:

Eu fiquei sabendo pela minha professora. Quando ela falou, que o nosso 5º ano participaria da Prova Brasil, aí eu já comecei a ficar nervoso, porque eu nunca participei dessa prova antes, (pausa), fiquei com medo de não me dar bem, fiquei estudando muito assim, antes da prova, na sala e fora dela. (...) Eu estudava dia de quinta e segunda, eu estudava mesmo porque eu faço parte de um projeto de judô na minha rua, então nesses dias eu estudo menos, mas nos outros eu estudava mais, principalmente nos fins de semana.(...) Nas semanas que já vinha chegando a Prova Brasil, eu me dedicava, tava me aprofundando mais em português e matemática. (Menino Lucas).

Dessa forma, foi colocado em ação um poder governamental que controla os indivíduos e para isso, nas práticas pedagógicas das professoras, há disciplina, treino e produção de corpos dóceis aos interesses das políticas educacionais de avaliações em larga escala. Para Veiga-Neto (2017), a escola, instituição onde as crianças passam o

maior tempo de suas vidas, foi sendo concebida e montada como a grande e mais universal máquina de fazer, dos corpos, o objeto do poder disciplinar.

As crianças confinadas nas escolas têm seu tempo ocupado com tarefas. Nelas estão alunos e precisam avaliar e serem avaliados constantemente. Aprendem a repetir o professor ou escrever o que ele deseja que seja escrito para passar por uma etapa da escolarização. Aprendem a ser dependentes e inseguros. Aprendem, assumem e vivem valores de uma sociedade autoritária, individualista, competitiva e moralista. Aprendem esses valores nas práticas cotidianas da escola. (CERVI, 2013).

As estratégias desenvolvidas pelas professoras, impactavam diretamente na vida das crianças, interferindo em sua vida cotidiana, nos seus modos de se relacionar e de brincar, conforme relata o menino Lucas:

Tinha vez que a minha vó e a minha mãe diziam: menino sai desses livros um pouquinho, vai brincar, se não isso dá câimbra! Porque eu fico com câimbra muito tempo parado em algum lugar, aí vai brincar, vai gastar as suas energias, o tempo de criança já tá quase acabando, você tem que aproveitar isso! E o judô, eu ia, estamos em uma meta que tem quimono, e eu estou juntando dinheiro pra comprar um quimono, mas agora o professor disse que a prefeitura encomendou 10 quimonos para quem não tem, para as aulas da tarde e da manhã, por isso eu nunca faltei no judô. O sansei disse que ia sortear os quimonos e quem ia ficar, ele não falou de específico quando ia dar, aí sempre tô indo pra quando ele for dar. (Menino Lucas).

O governo exercido sobre a infância pobre, tem por excelência, produzir indivíduos submissos, disciplinados, controlados, a partir de tecnologias de regulação e autorregulação. As crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental das redes públicas assumem papel relevante na implementação e avaliação das políticas públicas educacionais, sendo atribuído também a elas a responsabilização pelos resultados apresentados, principalmente com a mensuração de suas habilidades e competências, através das avaliações em larga escala - como é o caso da Prova Brasil - pelo fato de seu desempenho ser de extrema importância para a performatividade das escolas brasileiras, servindo praticamente como o único indicador de qualidade.

Ao observar as falas de algumas crianças, percebemos como as mesmas incorporam o discurso salvacionista, relacionado ao alcance da meta, com dispêndio de suas forças e esforços para que a escola permanecesse no primeiro lugar no *ranking* municipal, como exposto nas falas que se seguem:

Ah eu senti que, assim a prova, a nota da escola ia... tá meio que na minha mão e na mão dos meus colegas e do outro 5º ano também. Eu me senti meio que muito feliz, porque eu sabia que eu fazia parte da nota da escola e eu tava ajudando a escola a ter a nota maior. (Menina Eva).

A menina lá, tirava um pouquinho nota baixa, ela tinha medo do índice baixar por causa dela. Aí ela começou a chorar. (Menina Natália)

Nervoso, muito nervoso. Porque está nas nossas mãos o IDEB desse ano e a gente tem que se esforçar o máximo possível para ela continuar lá em cima. A gente ficava, ah meu Deus, será que a gente não vai deixar lá em cima, como é que vai ser! A gente ficava mais ou menos assim. (Menina Bianca)

Porque a nota vai *pra* escola, *tava* basicamente nisso, a nota estava em nossas mãos. (Menina Azul).

Um ponto que merece destaque é como estes sujeitos são influenciados através de um discurso de qualidade da educação, que foi comumente reforçado na instituição escolar cotidianamente pelas professoras e gestão escolar:

Assim que a gente chegava todos os dias, assim quando *tava* chegando mais perto, assim, uma semana *pra* chegar, aí ela (a coordenadora pedagógica) começou a falar no palco, assim que a gente chegava, que era *pra* gente estudar, só os 5º anos, aí (pausa). (Menina Bianca)

Elas (a gestão) entravam, incentivava a gente a estudar. Eu acho que causava medo, porque a gente pensava que ia ser uma prova bem difícil, batia muito nessa tecla. (Menina Azul).

A direção falava muito da prova brasil. Antes da prova elas saíam de lá, ia na nossa sala e no outro 5º ano, se a gente *tava* bem, como era que *tava* o nosso estudo para a prova. Era tranquilo quando eles falavam, *pra* todo mundo, mas teve um dia que eles chegaram falaram que no outro dia era o dia da prova, aí dá *pra* saber, que todo mundo ficou, ai, ai, ai, nervoso com isso. (Menino Lucas).

E ainda, provocando a auto responsabilização das crianças por desempenhos positivos, a partir de tecnologias de sujeição e condução de suas condutas:

Todo mundo *tava* nervoso naquela hora, *pra* poder conseguir e também *pra* que a escola tivesse uma nota boa. Todo mundo ficou ansioso, eu principalmente. Aí a gente ficava bem concentrado, acho que não tinha nem barulho de mosca naquela hora, todo mundo ficou muito ansioso querendo que chegasse logo (...) a professora batendo foto, a gente subindo naquele tapete vermelho, todo mundo ficou todo feliz. Todo mundo afirmou isso, que de acordo com, por exemplo, né? dois 5º anos e dois 9º, junta aquela nota das duas salas, eu acho! E tem aquela nota da escola. (pausa). Se a gente errasse alguma coisa e a nota da escola caísse, ia ser terrível, porque a nota da escola *tava* baixa e a nota da escola depende da gente. (Menina Jack).

Durante as entrevistas com as crianças, uma questão nos chamou atenção, devido aos relatos corriqueiros de nervosismo durante os momentos que antecederam a aplicação da Prova Brasil, demonstrando o quanto as crianças estavam empenhadas, assumindo para si a responsabilidade da nota final da escola, em obter êxito com os resultados:

Eu pensava: ai meu Deus será que eu vou conseguir, as mesmas coisas que a professora passava, tinha na Prova Brasil. Aí eu fiquei bem aliviada, porque as coisas eram bem *facinhas*. Teve uns que ficou tranquilo, outro ficaram mais nervosos, teve uma colega minha que até chorou antes de subir. Mas depois ela desceu toda alegre porque as coisas que ela estudou caiu. (Menina Natália)

Fiquei nervoso, porque vai que eu errava alguma, mas a prova foi fácil. (Menino Júnior).

Não sei, mas eu tinha medo de errar, não sei, mas *tava* tudo fácil. Acho que era, eu acho que eu *tava* me sentindo culpada se caso eu errasse. (Menina Paola).

(risos) Eu cheguei nervosa porque eu achava que ia ser muito difícil para a minha capacidade, aí eu cheguei, aí tinha, os meus colegas também *tavam* nervosos e aí a gente começou a descontrair e foi bom a prova, não *tava* tão difícil quanto eu pensei. Eles (os discentes) *tavam* nervoso, olhavam um pra cara do outro, e tipo, começava a rir de nervoso mesmo. Eu acho assim, que eles se saíram bem, mas sempre tem aqueles que não tem a nota muito boa. (Menina Eva).

Porque (risos) eu não me senti preparada e porque, por causa que, era muito nervosismo, aí eu ficava muito, será que eu vou conseguir fazer, o que será que vai ter, será que vai ter isso mesmo, ficava assim. Nervosismo. (risos). Só nervosismo mesmo, eu acho que foi o que me prejudicou mais. Mas eu acho que não fui tão ruim assim. Eu lia e não entendia o que *tava* lendo, então eu tive que ler bastante, um texto, por isso que eu fui uma das últimas a sair. Aí foi bem ... (Menina Bianca).

Estavam muito nervosos (referindo-se aos colegas de turma), de cabeça baixa assim, acho que todo mundo *tava* nervoso. Durante e antes também, mas antes teve um lanche, aí eu acho que relaxou um pouco. (Menina Jack).

Ressaltamos que uma das crianças entrevistadas, se emociona no dia da Prova Brasil e chora devido à pressão por um bom desempenho. Seus colegas perceberam e comentaram nas entrevistas. A responsabilização por tais resultados positivos, para que a escola permanecesse com o maior IDEB do município, implica nas formas de ser e se portar diante destas estratégias governamentais, como ela relata:

Eu me senti com medo, mas quando eu saí da escola, eu já fiquei aliviada. Mas, quando eu terminei a prova, eu me cobrei. Porque quando eu disse na hora da prova eu chorei porque achei que não ia conseguir fazer a prova, aí quando veio o resultado da prova, eu pensei que nunca eu ia tirar aquela nota e eu tirei. Porque eu tinha medo de errar a prova. (Menina Gabriele).

Os relatos de dedicação à Prova Brasil, expressos pelas crianças durante as entrevistas, apontam como o disciplinamento de seus corpos e suas condutas foi efetivamente mobilizado, obedecendo à norma, através de técnicas de vigilância e controle, que as constituem como sujeitos, ao mesmo tempo que também formam suas subjetividades. Foucault (2008) pontua que uma boa disciplina é o que lhe diz a cada instante o que deve ser feito.

Assim que eu cheguei perto da escola, eu disse: nossa eu devia ter me preparado mais! Eu fiquei pensando muito nisso, aí assim que cheguei na escola e mandou formar a fila eu já fiquei mais nervoso, *tavam* entrando e dizendo: os meninos e meninas do 5º ano fiquem ali, não entrem agora não, aí eu fiquei um pouco nervosinho nessa parte. Alguns dos meus amigos disseram até que *tavam* nervosos, outros não, que já estavam relaxados na prova. Por causa da prova, eu acho que todo mundo achou que ia ter coisas mais novas, mais ampliadas pra nós, isso causou um certo nervosismo de um dia ter perdido o assunto e quando chegar a prova você ter que fazer esse assunto. Eu acho que esse foi o nervosismo, porque também mesmo estudando muito, tinha que estudar mais, aí

sempre fica a intenção na cabeça de que devia ter estudado mais. (Menino Lucas).

De acordo com Arenhart (2016), a rotina das escolas deve ser organizada de modo a manter o tempo todo as crianças sob o controle do olhar do adulto, exercido por meio da ocupação do tempo em atividades dirigidas pelo professor. Tal fato, fica evidente quando observamos as falas das crianças, que relatam os seus esforços e atuação das professoras durante esta trajetória.

Porque desde julho a gente estudando e a professora mandava a gente se esforçar, falava que ia ser muito difícil e na hora foi muita tensão, mas depois que a gente subiu (referindo-se a sala de multimeios onde foi realizada a prova) não foi mais tensão. (Menina Natália)

Eu nunca fiz, é a minha primeira prova. Ela (professora) falou que tinha que estudar muito. (Menino Ronaldo)

Eu já vinha estudando a Prova Brasil, em casa, na escola, tudo que a professora passava, eu ficava estudando, foi no dia e eu chorei, mas depois passou. (Menina Gabriele).

Segundo Dornelles (2011), as crianças são objetivadas nas minúcias de seus gestos, reações e manifestações presentes no diário de campo, nos registros e observações de cada educador. Ao ser individualizada, a criança passa a ser um objeto de descrição e documentação. Para Foucault (2008, p.75): “a disciplina estabelece os procedimentos de adestramento progressivo e de controle permanente e, enfim, a partir daí, estabelece a demarcação entre os que serão considerados inaptos, incapazes e outros.”

O exame significa a vigilância constante, proporcionando que os indivíduos sejam descritos, observados, mensurados, medidos, comparados a outros e consigo mesmo (FOUCAULT, 2013), sendo um instrumento utilizado para disciplinar os corpos infantis e que possibilita o desenvolvimento da “criança calculável” e, conseqüentemente, um modo particular de poder-saber. (DORNELLES, 2011).

No caso da escola, o disciplinamento não ficava limitado apenas às professoras regentes de sala, mas também, a toda gestão escolar, que seguia orientações por parte da SEMED, onde o foco de todo o trabalho pedagógico desenvolvido no ano letivo de 2017, era a Prova Brasil, conforme evidencia as falas das crianças:

Sempre tinha vídeos falando, sempre tinha algo pra descontrair, mas sempre focando no IDEB. (Menina Natália)

Ah, porque botaram cartaz dizendo *pra* pessoa se preparar sobre a Prova Brasil, falaram muito, aí eu soube pelas pessoas, pelos professores. (Menino Júnior).



Assim, “a educação da infância insere-se, pois, num conjunto de tecnologias políticas que vão investir na regulação das populações, através de processos de controle e de normalização.” (BUJES, 2002, p.24).

As avaliações oficiais possuem formas específicas de gerir, conduzir e organizar as próprias crianças, professores e suas famílias, submetendo-os a dispositivos de controle e assujeitamento, que tenta realizar a gestão da sociedade.

A minha mãe só deixava sair quando eu estudava. Só quando era na prova do IDEB, mas depois ela deixa. (Menino Ronaldo)

Por que todas as provas, a gente tem que estudar e nessa mesmo, que é a prova brasil a gente tem que estudar mais ainda. Sempre deixava um tempo *pra* gente tá estudando, mas também não deixava a tarde toda. Deixava um tempinho, aí depois eu ficava na porta com as minha amigas, depois eu estudava um pouquinho e depois eu ia dormir. (Menina Bianca)

Eu nunca faltei um dia de aula, até de vez em quando, quando eu *tô* resfriado, eu levo um chazinho na bolsa, minha garrafinha, uma toalhinha, nunca quero perder um dia de aula, porque eu penso assim, se você perder um dia de aula, você perde um assunto novo, uma questão nova, uma prova que vale nota, por isso que eu e minha vó, minha mãe, toda minha família, não quer que eu e meu irmão perca aula aqui na escola. (Menino Lucas).

Sempre quando tem prova, simulado, ou até mesmo a prova brasil, a gente (pausa), toda vez lá em casa, tomo banho, troco de roupa, descanso um pouco, aí depois a tarde umas 2h eu começo a estudar até às 5h, aí depois do café vou dormir *pra* no outro dia acordar. (Menina Jack).

Esses depoimentos revelam a efetividade das técnicas de governo na escola, próprias da racionalidade liberal. É importante destacar a positividade das ações adotadas, na medida em que teve o poder de envolver a comunidade escolar, dentro e fora de seus muros.

Um dos simbolismos apresentados nas falas das crianças, foi a entrada triunfal no dia de aplicação da Prova Brasil, por um tapete vermelho estendido na escola, no qual os estudantes entrariam por ele e seriam fotografados por seus familiares e aplaudidas por toda a escola, com uma música religiosa de fundo, que em sua letra tinha palavras-chave como: campeão, vencedor, super-herói; como uma estratégia de cooptar as suas subjetividades para o êxito na avaliação oficial.

Portanto, não foram apenas atividades disciplinares de estudos exames simulados extenuantes. Havia uma diversidade de práticas, que envolvia multimídia, cartazes, músicas, lanches, tapetes vermelhos, falas institucionais destacando a importância das turmas que fariam a Prova Brasil naquele ano.

Trata-se de um governo que reconhece certa naturalidade dos comportamentos infantis, os quais, ainda que precisem ser “vigiados e controlados” (práticas disciplinares), são atendidos para alcançar o autogoverno do indivíduo. Portanto, tal vigilância e controle, antes que proibir e apagar uma tendência natural procuram orientá-la e regulá-la para que, quando o indivíduo (já não mais a

criança) chegue à idade da razão, assuma naturalmente seu próprio governo. Desenha-se, desse modo, uma forma de governo que procura garantir, através das práticas educativas, o governo dos indivíduos por eles mesmos e, com isso, a autorregulação da população (MARÍN, 2011, p.114).

O objetivo final, não era apenas um bom desempenho individual na prova, mas o autogoverno, alinhado aos objetivos institucionais, que por sua vez precisam obter boa nota nas avaliações nacionais em larga escala. Assim, se observa “uma operação de vigilância em que o sujeito infantil não só é vigiado, mas vigia a si mesmo tornando-se o princípio de sua própria sujeição.” (DORNELLES, 2011, p. 28).

Foi uma experiência muito boa, não! Tinha feito (se referindo à prova), só que essa foi mais especial. Porque essa foi mais diferente, eu me senti mais nervosa, eu me senti, sei lá, mais corajosa *pra* fazer. Porque eu acho que essa é mais importante. Porque assim, no período da manhã, já é o maior, aí eu pensei assim, a gente já é meio velhinhos, daqui da manhã e a gente fazendo essa prova, a gente vai ter que estourar, ficar todo mundo chique, fazer tudo direitinho, certo e todo mundo se orgulhar da gente. (Menina Jack).

Acho que foi muito importante, todo mundo se concentrou, ninguém conversou, não foi como nas outras provas normais, que todo mundo conversa.” (Menino Júnior).

As políticas educacionais de avaliação em larga escala, intervêm diretamente nos processos de subjetivação das crianças que são convocadas a realizar a prova. Seu desempenho e participação são cruciais nas avaliações das políticas públicas. Há um processo de subjetivação para que sejam governadas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado, observamos que havia um autêntico engajamento e uma boa dose de obediência, controle, auto responsabilização e assujeitamento das crianças às táticas de governo da escola. A figura das professoras foi crucial. Tal responsabilização não se limitava apenas ao campo pessoal, mas pelo sucesso institucional, causando medo, insegurança, choro e angústia, já que a escola estava em primeiro lugar no ranqueamento do IDEB municipal no ano de 2017.

Apesar de não se propor a generalizações, entendemos que nossa pesquisa qualitativa pode servir de alerta para alguns problemas que gostaríamos de sintetizar aqui. O primeiro se refere à própria legitimidade desse tipo de avaliação em larga escala. Se ela faz com que as escolas treinem as crianças desde o quinto ano com atividades exclusivamente focadas para garantir artificialmente um bom desempenho na prova, aparentemente estamos assistindo a um cenário artificialmente criado de bom

desempenho, com danos que não ficam imediatamente visíveis, tais como a negligência de outros conhecimentos que não serão avaliados na prova.

O segundo aspecto, que consideramos talvez o mais relevante aqui, seria a própria ação institucional sobre a vida das crianças, dentro e fora da escola, nos anos em que a avaliação é aplicada. Essa prova produz determinados sujeitos, que já a partir de uma idade tão precoce, estão sendo moldados para a obediência, disciplinamento, sujeitos à vigilância, alto grau de responsabilização individual, cooptação para renunciar ao tempo livre para brincar, inclusive com engajamento das famílias, visando sua autorregulação e disciplinamento. Seria esse o sujeito desejável? Para qual tipo de sociedade? Arriscamos afirmar que esse tipo de sujeito, não se alinha ao que desejamos de uma criança cidadã ativa nas suas esferas de vivência e atuação.

O dispêndio de forças e esforços das crianças, demonstrou a existência de um complexo de tecnologias de sujeição e discursos de verdade institucionais, claramente incorporados pelos próprios estudantes, de uma auto responsabilização na garantia do alcance das metas estabelecidas através da sua participação na Prova Brasil. Com todas essas tecnologias de controle empreendidas para o alcance da meta, a instituição ultrapassa a meta estabelecida pelo INEP, que no ano de 2017 era de 5.1, atingindo a pontuação 6.3. No entanto, no ranqueamento municipal passa a ocupar o segundo lugar.

No ano de 2019, a escola tinha como meta prevista 5.4 e alcança 5.7. Mesmo apresentando uma performance positiva, permanece apresentando queda no *ranking* municipal, passando agora para o quarto lugar, apesar de todo alinhamento das práticas pedagógicas e das crianças à agenda da Prova Brasil, o que reforça nosso questionamento sobre a legitimidade e desejabilidade de manter tais estratégias.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. A pesquisa com crianças em infâncias e a sociologia da infância. *In*: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela. **Sociologia da infância no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

ARENHART, Deise. **Culturas infantis e desigualdades sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/aopep633.pdf>. Acesso em 12 de nov. de 2017.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Infância e Maquinaria**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CÉSAR, Maria Rita de Assis César; DUARTE, André. Governo dos Corpos e Escola Contemporânea: pedagogia do fitness. **Revista Educação e Realidade**. Rio Grande do Sul. Número 34, mai - ago 2009. Disponibilidade em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/download/8264/5534> Acesso em 25 out.2021.

CERVI, Gicele Maria. **Política de gestão escolar na sociedade do controle**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2013.

DANELON, Márcio. A infância capturada: escola, governo e disciplina. *In*: RESENDE, Haroldo (org.). **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p.217-239.

DORNELLES, Leni Vieira. **Infâncias que nos escapam: da criança na rua à criança cyber**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução: Salma Tannus Muchail. 9 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Roberto Machado (int.rev.). 26 ed. São Paulo: Graal, 2013.

FRIEDMANN, Adriana. **A arte de adentrar labirintos infantis. Quem está na escuta? diálogos, reflexões e trocas de especialistas que dão vez e voz às crianças**. [Meio eletrônico]. (2016). Disponível in: [rimeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2016/11/T300000001836-0-Mapa\\_infancia-000.pdf](http://rimeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2016/11/T300000001836-0-Mapa_infancia-000.pdf) Acesso em 17 de setembro de 2018.

GALLO, Sílvio. "O pequeno cidadão": sobre a condução da infância em uma governamentalidade democrática. *In*: RESENDE, Haroldo de (org.). **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 329-343.

GALLO, Sílvio. "Ir junto": os desafios de educar para uma " infância maior". *In*: SANTOS, Solange Estanislau dos (et.al.) (orgs.). **Pedagogias descolonizadoras e infâncias: por uma educação emancipatória desde o nascimento**. Maceió: EDUFAL, 2018, p.59-69.

LE MOS Flávia Cristina Silveira. A UNESCO e o governo da infância por meio do capital social: problematizando práticas de segurança. *In*: RESENDE, Haroldo de. **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p.115-125.

MACEDO, Eline Elias de; SANTOS, Solange Estanislau dos. A perspectiva pós-colonial e as pesquisas com crianças. *In*: SANTOS, Solange Estanislau dos (et.al.) (orgs.). **Pedagogias descolonizadoras e infâncias: por uma educação emancipatória**. Maceió: EDUFAL: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018, p.115-124.

MARÍN, Dora. Natureza Infantil e Governamentalidade Liberal. **Currículo sem Fronteiras**. V.11, n.1, jan/jun 2011. Disponibilidade em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss1articles/marin.pdf> Acesso em 27 jan. 2020.

PARAÍSO, Marluce Alves. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. **Cadernos de Pesquisa**. V.34, n.122, 2004. Disponibilidade em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n122/22506.pdf> Acesso em 25 nov. 2021.

POPKEWITZ, Thomas S. A Reforma como Administração Social da Criança: a Globalização do Conhecimento e do Poder. *In*: BURBULES, Nicholas; TORRES, Carlos Alberto (org.). **Globalização e Educação: perspectivas críticas**. Porto Alegre: Artmed, 2004, pp. 107-125.

RESENDE, Haroldo de. A infância sob o olhar da Pedagogia: traços da escolarização na Modernidade. *In*: RESENDE, Haroldo de (org.). **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p.p. 127-140.

SOUZA, Gisele. **A criança em perspectiva: o olhar do mundo sobre o tempo infância**. São Paulo: Cortez, 2007.

TEMPLE, Giovana Carmo. **Acontecimentos, poder e resistência em Michel Foucault**. Cruz das Almas, BA: UFRB, 2013.

VEIGA-NETO, Alfredo. Por que governar a infância? *In*: RESENDE, Haroldo de (org.). **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p.49-56.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.